



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

PRESIDENTE: SANDRA SANTANA
TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 16/08/2023

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Muito bom dia a todos.

Está presente aqui o Vereador Thammy Miranda e os Srs. Fabricio Cobra, nosso Secretário Municipal da Casa Civil; Denise, Chefe de Gabinete da Secretaria da Casa Civil; Celso Leiva e Rafael Murolo, representando a Secretaria das Subprefeituras; Thiago Rubio Salvioni, de forma virtual, Subsecretário da Receita Municipal; Claudio de Campos, de forma virtual, da Secretaria Municipal das Subprefeituras; e Valtair Ferreira Valadão, da CET, de forma virtual.

Declaro abertos os trabalhos da 10ª audiência pública de 2023 que a Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa realiza hoje, 16 de agosto.

Essa audiência pública foi convocada para discutir e instruir diversos projetos de lei. Informo que essa audiência pública está sendo transmitida no site, no canal do YouTube da Câmara Municipal de São Paulo, e que a realização dessa audiência pública vem sendo publicada no *Diário Oficial da Cidade*, desde 10 de agosto, e foi publicada no jornal *O Estado de S.Paulo* em 10 de agosto e no jornal *Folha de S.Paulo* em 11 de agosto.

As inscrições para participação do público ficarão abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo desde 12 de agosto, devendo os inscritos, pelo *site*, participarem pela plataforma *on-line*, conforme *link* enviado por e-mail. O público presente que desejar se manifestar deve se inscrever com a secretaria da Comissão. A cada inscrito caberá o tempo de três minutos para suas manifestações.

Informamos também que o Líder do Governo, Vereador Fabio Riva, faz-se presente de forma virtual.

Declaro aberta a audiência pública para tratar do PL 332/2023, de autoria do Executivo, Ricardo Nunes, que altera as leis 17.332, de 24 de março de 2020, e 17.577, de 20 de julho de 2021, e dá outras providências. Trata-se sobre a ampliação dos incentivos a perímetro pertencente à região central da cidade, a fim de promover a requalificação cultural, econômica e artística da região.

Neste momento, eu gostaria de questionar se o Secretário Fabricio Cobra gostaria de fazer uso da palavra já inicialmente.

O SR. FABRICIO COBRA ARBEX – Bom dia, Vereadora Presidente Sandra Santana, Vereador Thammy Miranda, Vereador Líder do Governo, Fabio Riva, demais Vereadores em áudio e em vídeo e aqui presentes e todo público presente, obrigado.

Só ressaltar dois pontos, Vereadora. É um projeto de lei de mais uma iniciativa do Prefeito Ricardo Nunes, visando essas ações no centro de São Paulo. São dezenas de ações, para que a gente tenha a retomada, a requalificação e a reurbanização do centro, um problema de trinta anos, de décadas que o centro vem sofrendo esse esvaziamento e essa gestão do Prefeito Ricardo Nunes, em parceria em muitas ações com o Governador Tarcísio de Freitas, vem tomando uma série de ações, sejam projetos de lei aprovados aqui, na Câmara, como o PIU Central, o Requalifica Centro, agora o Triângulo sendo revisto, ações de políticas públicas, a intensificação na zeladoria, nas questões de iluminação e nas questões sociais de acolhimento e enfrentamento à questão da cracolândia e também ações de reurbanização, como foi o Vale do Anhangabaú e outras ativações que vêm ocorrendo dentro dessa região central, com o intuito de termos aí uma revitalização e trazeremos de volta não só em termos de moradia, mas também de utilização do centro, que é o coração da cidade, com diversos pontos turísticos, culturais e atrações que a gente tem.

Lembro que o PIU Central tem a intenção de trazer aí mais de 200 mil pessoas. O PIU central foi discutido aqui, nesta Casa, e aprovado pelos Vereadores nos próximos dez anos, mas a importância desse projeto mostra exatamente esse compromisso e essa vontade do Prefeito, de que as coisas realmente aconteçam no centro de São Paulo.

Então aqui a gente está revendo duas leis. Primeiro é a própria lei do Requalifica. Nos fóruns de Todos pelo Centro, que é a oitava da sociedade civil, que o Prefeito faz muita questão que escutemos aquilo que a sociedade, as leis na hora de serem aplicadas, elas sempre precisam de um aperfeiçoamento.

Então as pessoas que lidam com a parte do Requalifica trouxe algumas questões e, aqui, pensamos, basicamente duas coisas: esclarece o texto da remissão do IPTU, que está previsto no Requalifica, no *retrofit*, que é um ponto importante e que a própria Fazenda também

está aqui - aliás, saúdo todos os membros e órgãos do Governo, que estão presencialmente e *on-line*, a Secretaria da Fazenda, SP Parcerias, SP Negócios, Licenciamento e Urbanismo, atentos aqui nessa audiência pública -, então a questão do IPTU, e também a questão do projeto.

Vereador Coronel Salles, olá, tudo bem? (Pausa) O benefício da redução do ISS abrangia apenas a obra, a lei foi criada apenas com a obra. Agora, a lei vai ampliar para abranger o projeto que virou obra. Então você também vai ter o benefício da redução do ISS para o projeto de *retrofit* dos prédios aqui na região central. E altera a outra lei que é a Lei do Triângulo. Basicamente, ampliando o perímetro, incluindo o quadrilátero da República e também inserindo novos CNAEs de atividades comerciais, que poderão se beneficiar que a lei traz.

É um projeto que altera duas leis existentes para que possamos ter aprimoramento e avanço nas ações do centro que é prioridade da gestão do Prefeito Ricardo Nunes e em parceria muito grande, aqui, com os Vereadores, que têm tido uma atenção, um trabalho intenso, não só nos projetos já aprovados, mas nesses novos projetos que o Prefeito encaminhou para que tenhamos as mudanças legislativas e as políticas públicas implementadas.

A Prefeitura está à disposição, há diversos órgãos presentes, podemos dar todos os esclarecimentos necessários.

Obrigado, Vereadora.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Obrigada, Secretário Fabrício Cobra. Vereador Thammy gostaria de fazer uso da palavra? (Pausa) Vereador Coronel Salles que, inclusive, comandou toda essa região por um bom período, enquanto Subprefeito, e hoje colabora com essa região já como Vereador.

O SR. CORONEL SALLES – Obrigado. Bom dia, Presidente Vereadora Sandra Santana. Quando as mulheres presidem, os trabalhos vão mais rápidos e melhores. É uma alegria cumprimentar V.Exa. e também o Vereador Thammy, um amigo também. Quero saudar o Secretário Fabrício Cobra, um amigo querido, com quem tive a honra de trabalhar na Casa Civil do Governo do Estado de São Paulo. Ele era o Subchefe da Casa Civil do Governador Alckmin, eu era o Subchefe da Casa Militar. Então já marchamos juntos, não é Secretário? E

hoje ele brinda e traz todo seu conhecimento, seu espírito público, para o Governo Ricardo Nunes. Ao lado da Kiki, essa grande Chefe de Gabinete, ela que também tem um espírito público gigantesco.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CORONEL SALLES – Sim, também estava lá, fazíamos uma interface grande.

Primeiro, precisar expressar a honra de estar aqui. Agradecer os servidores da Casa que estão assessorando a nossa Comissão, muito obrigado, sempre muito zelosos, olá à TV Câmara, amigos e amigas que se dispuseram do seu tempo, vejo aqui o Toninho, rostos muito queridos, o Divaldo, o Fábio Redondo, pessoas que nos ajudaram no centro de São Paulo para dirigir essa verdadeira cidade que é o centro.

Nem todos sabem, mas somente no Distrito Sé e República, por dia, passam, nos vários modais, sob trilhos, sob pneus, bicicleta ou a pé, cerca de dois milhões de pessoas. É gigantesco. Mais 450 mil que moram na área central. Estamos falando, Thammy, de meio Uruguai. O Uruguai tem cinco milhões, então estamos falando de meio Uruguai todos os dias. É uma região de uma preocupação gigantesca por parte do Prefeito Ricardo Nunes e do nosso Secretário Fabrício Cobra.

Então fico feliz em poder participar aqui desta audiência pública. Essa é uma característica do Prefeito Ricardo Nunes. Por quê? Porque quem ouve mais, erra menos, e este é o fórum adequado para que a gente converse, ouça, aperfeiçoe esses projetos.

Nós estamos falando de alterações que serão fundamentais para quem quer empreender no centro e também para aqueles que estão no centro. Inclusive, Secretário Fabrício, nós estamos apresentando duas emendas que serão colocadas à apreciação dos Vereadores. Ontem, nós tivemos uma reunião longa com a Pró-Centro e com outras entidades do centro, e o nosso papel aqui é vocalizar; se será aprovada ou não, vai depender do consenso dos Vereadores com a Prefeitura, em especiais neste fórum que é a Câmara Municipal.

Presidente, me estendendo mais um pouquinho sobre mais dois assuntos. O primeiro é supressão dos incisos I e II do artigo 4º da Lei 1.7332, que basicamente possibilita a

disponibilização de funcionários aos finais de semana. A nossa preocupação, Secretário, caso haja possibilidade de se aperfeiçoar esse processo de incentivo, um esforço gigantesco da Prefeitura de São Paulo, se permanecer somente a possibilidade de ser em todo final de semana e no período noturno, talvez estejamos limitando, por exemplo, a um grande segmento que emprega demais, que é o *call center*. Sabemos que existem barreiras financeiras que exigem cálculos, que eu não os fiz. Daí o porquê de eu expor essa reserva e deixar essa possibilidade com o governo, porque temos que discutir antes de colocar esse tema à baila.

O segundo assunto refere-se ao artigo 5º, que trata da redução para 2% na alíquota relativa aos serviços tomados por empresas; se há estímulo à engenharia, à arquitetura, a obras, a gente iria sugerir, Secretário, a possibilidade de ser feita essa alteração e de incluir aquele rol de CNAEs, porque quem chegar, vai ter esse incentivo. Inclusive ontem alguém falou em renúncia, mas não é renúncia; a preocupação do Prefeito é incentivar. Renúncia seria se estivessem abrindo mão, mas isso vai voltar em emprego e renda, em movimento para a cidade. Então, peço que seja colocada em apreciação a possibilidade das empresas com os CNAEs em anexo para que possamos apoiar os empreendedores que estão resistindo no centro de São Paulo. Eu trabalhei durante 18 anos aqui no centro, sendo os últimos dois como subprefeito, e sei que eles são verdadeiros sobreviventes, muito mais depois da pandemia.

Essa proposta que os senhores encaminharam é maravilhosa e espetacular, e a gente está tentando aperfeiçoar. Porém, eu preciso manifestar a preocupação do Secretário Fabricio, do Prefeito e da Câmara Municipal com essa possibilidade.

Com relação à extensão para os imóveis da região da Rua dos Gusmões, existe uma solicitação – também do pessoal da Rua Santa Ifigênia, muito justa e pertinente –, nem que seja por um período, para darmos um pouco de alento a esses empreendedores que tanto fazem pela cidade.

Último assunto: a gente trabalhou esse incentivo da primeira apresentação que acolhemos na semana passada. Ele diz do incentivo fiscal da Conselheiro Crispiniano, da São João, da Ipiranga, da Sete de Abril e Xavier de Toledo, lado ímpar. Eu pediria para olhar com

muito carinho também a possibilidade de nós estendermos até a São Luís abrangendo aquele comércio.

O Sidney, nosso coordenador de gabinete, sempre fala que sempre foi o centro das empresas de turismo. Ali é maravilhoso. Então, que a gente pulasse mais duas ruas. O momento é agora. Se a gente não conseguir fazer agora, a gente não vai fazer. Se a gente conseguisse além da Sete de Abril, também a Basílio da Gama. Essas ruas tem um apelo na década de 50, de 40, os grandes pensadores, os grandes artistas. Di Cavalcante morou ali na Ipiranga. Então a gente tem que trazer essa notícia.

Então, que a gente pudesse estender um pouquinho e acolher também os números existentes tanto na Basílio da Gama, tem galerias e dão muito emprego, e também a nossa Avenida São Luiz.

Prometo que não peço mais nada, Fabrício. Obrigado.

Estou falando pelos moradores, por quem mora, por quem trabalha, por quem estuda no Centro e, principalmente, por quem defende o Centro de São Paulo. Às vezes, a gente... eu estou aqui há cinco meses, estou com bons professores. Vereadora Sandra, Vereador Thammy são pessoas preocupadas. Às vezes ouvimos um discurso que fala: “Vamos privilegiar determinados segmentos”.

Vou pegar o Odivaldo que está aqui e é uma liderança do Centro. Odivaldo: “Salles, preciso encher uma laje na minha casa.” E eu falo: “Odivaldo, conte comigo.” E não apareço lá. Preciso ir lá ajudar você no dia e encher essa laje. É isso que estamos fazendo.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Que aula de Centro. (Palmas).

Ele fala que a gente é professor. Professor de região central é o Coronel Salles.

Enquanto V.Exa. falava, lembrei de quando a gente foi organizar a lei do Polo Cultural, Gastronômico e Turístico do Largo da Matriz. Foi exatamente isso.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Verdade. Era isso o que eu iria falar.

Quando fomos organizar a lei do Polo Cultural, Gastronômico e Turístico do Largo da Matriz, foi exatamente isso que fizemos. Sentamos e conversamos.

Tinha tido o privilégio de ter sido Subprefeita da Freguesia do Ó/Brasilândia. Então, nesse detalhamento a gente tinha lá. Então, ouvi as suas palavras. Vamos colocando as ruas na nossa frente.

Parabéns pelo seu carinho, pela sua dedicação. Espero que a turma do Centro lembre de tudo isso daqui a alguns meses. E vamos lá.

Pergunto neste momento se há mais algum dos presentes do Executivo que gostaria de fazer uso da fala? Quem está de forma virtual representando as Secretarias? Não?

Então, neste momento, peço que a secretaria desta Comissão possa nos informar quanto à lista dos inscritos para que a gente possa dar voz. De forma virtual, Wellington Carvalho, da Associação de Moradores de Santa Efigênia. Wellington está com a gente de forma virtual para que possa fazer o uso da palavra? Não? Se ele entrar, você me avisa, então, depois.

De forma presencial, queria convidar a Sra. Ingrid Barth, da Associação Brasileira de Startups, para fazer o uso da palavra, por três minutos.

A SRA. INGRID BARTH – Sou Presidente da Associação Brasileira de Startups, que representa as pequenas e médias empresas no setor de tecnologia e inovação, *startups*; e quero falar de alguns pontos importantes que têm a ver com essa questão da revitalização.

Quando falo de *startups*, são pequenas e médias empresas, com o capital superrestrito, e não são normalmente esses grandes unicórnios que a gente costuma ver na imprensa, porque 99,9% das *startups* são muito pequenas, com até cinco funcionários.

Agora a gente tem o marco legal das *startups*, que define muito bem o conceito do que é uma empresa *startup*, então eu gostaria de fazer essa provocação de por que não incluir também esse tipo de empresa no projeto, que acredito que a gente tem muito a ganhar, principalmente nessa questão empreendedora, tecnológica.

Muitos dos *hubs* de inovação hoje ficam longe de metrô, o que é muito ruim para as pessoas que trabalham. Eu enxergo o Centro como um lugar muito estratégico e acredito que,

com a força inovadora das *startups*, a gente pode ajudar bastante no projeto, inclusive, para que isso ganhe corpo e acelere também os bons resultados que a gente está esperando.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Obrigada, Sra. Ingrid, pela importante contribuição.

O SR. FABRICIO COBRA ARBEX – Queria só perguntar se ela apresentou isso, está na emenda do Coronel Salles, ou não está? Se puder protocolar. É pelo CJE? Então, acho que poderia protocolar isso aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Próximo inscrito, Sr. Fabio Redondo Negreira, Pró-Centro SP.

O SR. FABIO REDONDO NEGREIRA – Sou Vice-Presidente do Pró-Centro, queria agradecer a audiência do Secretário Cobra, do Coronel Salles.

Sobre algumas das propostas que trouxeram aqui, a gente corrobora com algumas delas. É importantíssimo, principalmente, o ISS na atividade-fim, que será um grande incentivo para a região, tanto para o Triângulo, quanto para o quadrilátero. A gente acredita que a cidade de São Paulo pode concorrer com algumas cidades vizinhas que têm esse benefício, como Barueri e Osasco, e acaba trazendo essas empresas.

Como o Coronel Salles disse, não é renúncia porque hoje o Centro, principalmente o Triângulo histórico e quadrilátero, está muito esvaziado e muito difícil de investir, porque existe toda a barreira do calçadão, a acessibilidade é difícil, principalmente para conseguir fazer as obras. Então, a gente entende que este projeto tem de ser um pouco mais arrojado para realmente dar uma virada nessa região e começar a ocupar diversos edifícios que estão vazios lá, justamente por causa dessa dificuldade de investimento, do custo muito alto para estabelecer.

A gente acredita também que só o incentivo na obra será muito pequeno e basicamente a lei vai ficar inócua. Se a gente conseguir converter isso para atividade-fim, com todos aqueles CNAEs, aí sim a gente começa a atrair de verdade muitas empresas para a região. A gente também acredita que essa restrição dos horários pode reduzir demais as possibilidades

de empresas que possam vir, já que não são todas as empresas que trabalham de finais de semana ou à noite. Obviamente, algumas de turismo, hotelaria ou de *call center* poderiam se beneficiar, mas a gente precisa ser também mais arrojado nesse sentido.

E acho que a gente deveria ser justo também de incluir as avenidas do entorno da São Luis, só um pedacinho que ficou faltando ali para a gente conseguir fazer o quadrilátero todo. Tá bom? Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Obrigada, Fabio Negreira.

Vamos ouvir, também pela Associação Pró-Centro São Paulo, Odivaldo Sousa da Silva.

O SR. ODIVALDO SOUSA DA SILVA – Bom dia.

Obrigado a todos por nos ouvir.

Bem, eu sou um paraense paulista. Cheguei aqui em 97 aqui e sou apaixonado por São Paulo; pelo Centro, principalmente. Tive a felicidade de fazer o Shopping Light na frente do Theatro Municipal, e hoje eu sou responsável pela Estação São Bento de Metrô.

Independentemente de qualquer coisa, e como especialista em varejo há 36 anos, o que eu vejo é o potencial magnífico que existe no Centro de São Paulo. E toda vez que eu falo do Centro de São Paulo para qualquer empresário do varejo, eles têm um saudosismo, eles querem vir. E cabe a nós, à Associação, ao Poder Público, dar as condições necessárias para que essas pessoas, esses empresários, voltem para o Centro, venham para o Centro. O emocional já está aqui, só faltam as condições físicas. E, gente, não é tanta coisa: limpeza, segurança pública, conforto. Dá para transformar o Centro de São Paulo no maior shopping aberto, ao livre, do mundo, se quisermos. Se colocarmos o terceiro turno para os nossos lojistas, ou seja, até dez horas da noite, dar condição para esses lojistas ficarem abertos, nós teremos milhares de empregos somente nessa ação de abrir o Centro até as 22h, como qualquer shopping na cidade fica aberto. Vamos fazer isso.

Com o empenho dos nossos Vereadores, do [Secretário] Cobra, do Prefeito, eu sinto pela primeira vez, desde que eu estou em São Paulo, governo e Prefeitura [estão] nesse mesmo

campo de visão dos empreendedores. Então, vamos aproveitar isso, vamos fazer, vamos gerar emprego. A solução para o Brasil, para todos os males, é renda, emprego. Com isso, resolvemos Cracolândia, resolvemos morador de rua, resolvemos tudo. Então, vamos incentivar o quanto for possível.

E, de novo, o Fabio falou que realmente o IPTU, o que vocês vão perder de IPTU, nós vamos devolver em ISS, em emprego, em tirar as pessoas da rua, dar emprego, renda e dignidade. É isso que pedimos pela Associação Pró-Centro.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Obrigada, Sr. Odivaldo.

Tem a palavra o Sr. Antonio de Souza Neto, da Galeria do Rock, e também pelo Pró-Centro.

O SR. ANTONIO DE SOUZA NETO – Nobre Vereadora, em sua pessoa, cumprimento toda a Mesa. Estou muito feliz de estar aqui com todos vocês.

Eu nasci no Hospital Matarazzo, que hoje é um hotel maravilhoso, fantástico, que todos devem visitar. Portanto, paulistano do Bixiga. E acompanho a cidade, tenho negócios na cidade, desde o governo da Erundina, lá atrás. Eu peguei um pouquinho do Jânio, aquelas loucuras que o Jânio fazia, mas era uma pessoa que estimava a cidade; que estava presente na cidade, melhor dizendo. A partir daí, passamos por vários governos: Pitta, Maluf, Erundina, Marta. Enfim. E chegamos ao Ricardo Sales.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ANTONIO DE SOUZA NETO – Desculpem. Ainda não. E não vai ser, vai continuar Ricardo Nunes.

O Prefeito Ricardo Nunes nos trouxe uma coisa fantástica, maravilhosa, através do Cobra: essa integração do Executivo com o Legislativo. E tivemos várias conquistas, não é, Coronel Salles? Tivemos várias conquistas.

Tivemos o prazer de estar com o Coronel Salles na Subprefeitura, que começou a limpar aqueles jardins, trazer as praças novamente para nós. E esse é um resgate que eu, como paulistano, tenho orgulho, e estou vivendo uma alegria muito intensa, como não vivi nesse

período todo. É encantador você ver a cidade voltar a ser a nossa cidade, a termos a nossa cidade presente.

Esse trabalho da Operação Delegada está trazendo uma tranquilidade que nós não víamos há vários anos, porque aquele ciclo de ladrões de celulares acabou na São João. Nós subimos assustados, Coronel Salles, Sandra, Fabrício Cobra, a São João, porque era temeroso, de fato, sermos roubados a todo momento. Acabou, não temos mais isso.

Então, Coronel Salles, Vereadora Sandra, Fabrício Cobra, eu tenho que agradecer muito a todos do Executivo, do Legislativo, por esse momento de brilho que estamos vivendo. E queremos mantê-lo, como disseram nossos antecessores, a Prefeitura vai ganhar muito mais com essa isenção, porque o que nós vamos pagar de impostos e fazer o que é mais nobre em toda história é gerar emprego e renda.

Esse é o nosso papel no Pró-Centro; essa é a nossa missão, na verdade. Estamos cumprindo com ela. Esse trabalho do Requalifica Centro, do PIU Central, nossa, o Coronel Salles e todos os Vereadores foram extremamente contribuidores; o Fabrício Cobra, também, sempre presente. Não podemos nos esquecer. O Prefeito Ricardo Nunes está cumprindo um papel e a missão que foi dada a ele.

Gente, estamos vivendo um bom momento. Vamos manter essa alegria, essa energia, e trazermos São Paulo de volta.

Para finalizar: a Galeria do Rock – que não era nada - hoje foi classificada entre os cinco melhores shoppings centers de São Paulo. Ali era uma mera galeria; e foi classificada assim pelo Trip Advisor que é orgânico, natural. É isso o que nós queremos.

Queremos levar toda aquela energia da Galeria do Rock para as ruas. Estamos conseguindo. Vamos chegar lá.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Muito bem. Muito obrigada.

Tem a palavra o Vereador Coronel Salles.

O SR. CORONEL SALLES – Presidente, só uma modesta contribuição. Quando o Toninho da Galeria do Rock falou da Operação Delegada, essa também é uma iniciativa do

Prefeito Ricardo Nunes. Ele dobrou. Nós tínhamos 1.200 vagas, não é, Secretário, na cidade de São Paulo. Hoje são 2.400 vagas. O Governo do Estado pagava a DEJEM que é essa jornada extraordinária; ele foi para o mesmo valor da da DEJEM e, agora, colocou um Coronel Celso Luiz Pinheiro que comandou a área central, foi Coordenador Operacional da Polícia.

Se vocês andarem no centro, verão 192 Postos de dupla de Policiais, sob comando, fardados, organizados, com objetivos e metas, além de atuar com relação ao comércio ilegal, é o que nós chamamos de prevenção adjacente.

Então, a Operação Delegada, nessa construção do Prefeito Ricardo Nunes, já está mudando o centro.

Eu vim no caminho ouvindo o nosso Prefeito que está na Jovem Pan, no *Morning Show*, e um dos entrevistadores falou do centro, mas acho que ele não vem ao centro há algum tempo. Eu convido para andarem no centro e darem uma opinião fiel, dizendo do trabalho dessas pessoas como o Prefeito Ricardo Nunes, a Secretária Elza, o Secretário Fabricio, Coronel Camilo que é o Subprefeito do centro, preocupados, a Secretaria de Educação, Secretaria de Assistência Social, o que tem de equipamentos disponíveis nesse resgate.

Então, eu precisava fazer esse apontamento, porque segurança é fundamental, e já é uma realidade pelas mãos do nosso Prefeito Ricardo Nunes.

Era só isso, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Muito obrigada, Coronel Salles.

Eu ia complementar dizendo que somado a todo esse esforço a GCM presente, num trabalho conjunto muito importante.

O SR. FABRICIO COBRA ARBEX – Que foram mil novos homens; dos mil quatrocentos para a região central. E essa dobragem que o Coronel Salles falou de 1.200, eram espalhados pela cidade; os novos 1.200 são só na região central. Deve vir outro Projeto de Lei, mas...

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Ainda é segredo...

Vou dizer o seguinte: o Prefeito Ricardo Nunes tem enviado para a Câmara projetos

de leis que são extremamente importantes para a cidade. A gente tem tido pautas incríveis e, acima de tudo, assim como hoje com a participação popular. Se não há participação direta, há na construção do projeto, e aqui nas audiências públicas trazendo contribuições extremamente importantes, como temos ouvido aqui desde o primeiro momento. Então temos que agradecer bastante porque não é todo gestor público que está disposto a ouvir, não é Secretário? E o Prefeito Ricardo Nunes, não só nas construções, mas no dia a dia quando a gente caminha com ele pela cidade, pelos territórios, percebemos o quanto ele aproveita cada sugestão que ouve dos moradores, cada reclamação que houve dos moradores para pode aprimorar e fazer a melhor entrega. Eu também sou fã dele, você não falou isso, mas eu também sou fã dele.

Próximo orador inscrito, Marconi Vinícius também da Pró-Centro. (Pausa) Ainda não chegou. Próximo inscrito, Marcelo Magnani da APITO – SP.

O SR. MARCELO GODOY MAGNANI – Bom dia a todos. Tenho a responsabilidade de falar aqui na hora que o Marconi foi chamado, interessante, bacana.

Queria primeiro reforçar o apoio, o esforço feito por toda essa equipe: Kiki, Cobra, Sandra, Thammy, Ricardo. Não é Ricardo, mas é Salles? (Risos) Enfim, e o Ricardo e o Salles, são os dois estão nessa maratona em relação à Operação Delegada.

Quero dizer então para vocês, como sempre, a gente vê com muita satisfação o Triângulo Central. Fiz até, na época, uma matéria no jornal, o Fagote estava na Cultura, no Turismo, conversamos muito sobre essa questão, sobre os códigos CNAEs, o horário de funcionamento, a questão de funcionar a noite, funcionar de dia. Eu ouvi um comentário a respeito do funcionamento até às 10h. E temos que nos preocupar sempre que tem atividades que conseguem funcionar até às 10h e tem atividades que não funcionam até às 10h, e pronto. Então, não dá para segregar só até às 10h, ou só até às 6h ou qual é o horário. Na verdade, temos que tentar fomentar mais atividades, e manter as que já têm.

Meu escritório, eu sou Marcelo da APITO, cuido do Patrimônio Histórico, estou nessa luta, e meu escritório fica no Conde Prates e o que vejo, por exemplo, é o do lado, o Finasa, que era praticamente inteiro ocupado por Call Center. Eles estão todos agora em Osasco ou no

Nordeste agora porque lá o ISS é 2%, aqui o ISS é 5%. É guerra fiscal, o *spread* é pequeno, eles vão embora mesmo. E eu ouvi na época - e não é de ninguém que está aqui, pelo amor de Deus - mas quando comentei com um amigo, ele falou: mas, Marcelo, será que é esse público que a gente quer para o centro? Respondi: claro que é, é o primeiro emprego e depois ele vai continuar trabalhando no centro. Ah, mas ele não é tão qualificado assim. Mas o Pirandello vive às custas dele, se ele não está aqui, o Pirandello fecha as portas, a padaria da esquina fecha as portas. Então precisamos ter mais atividade e mais gente, num primeiro momento. Se queremos requalificar, trazer mais público, não podemos esvaziar para depois trazer mais público, temos que manter o público que aqui está e ir avançando passo a passo. E vemos toda essa luta tanto do lado do Governo, com as aberturas todas que são dadas, como do lado dos empresários. Vejo aqui uma amiga da turma da incorporação que, enfim, está fomentando novos empreendimentos, visitam comigo vários empreendimentos. Estive ontem com o Cury, com a Soninha discutindo requalificação de imóvel invadido. Então vamos caminhando nessa toada.

Hoje é uma pauta um pouco mais leve, mas não posso deixar de falar em defesa do proprietário do imóvel tombado. É cansativo, mas necessário. Para cuidar de imóvel tombado a gente precisa de projeto. Eu gostaria muito que tivesse um edital, alguma coisa de projeto independente dessa questão porque temos que separar as coisas. Eu acho que tombamento também é Cultura. A Secretaria de Cultura tem uma verba que, enfim, vai na questão do potencial construtivo e em outras questões que poderá usar, e ela abre edital para fazer o Promac. Por que não propomos, de repente, um Promac, põe uns 10 milhões de verba e faz um Promac especificamente para projeto de restauro dentro do perímetro do Centro? O cara pinta errado porque não sabe como pintar, aí ele toma multa. Num passado não muito distante, a gente teve notificação de diversos proprietários que são nossos clientes pedindo para pintar o imóvel em 30 dias, sob pena de multa. Aí se ele pintar ele toma multa, se ele não pintar ele também toma multa. Fica difícil essa relação, entendeu?

A gente entende que a questão do Conpresp, DPH sempre tem polêmica. Você fala a palavra “Conpresp” ou “DPH”, o pessoal já se descabela. Qualquer negócio vira uma

polêmica enorme, porque ali existe uma relação muito arisca, ainda, entre o proprietário e o DPH. Precisa ter uma abertura, precisa ter seminário, precisa colocar as pessoas do DPH, que agora, enfim, o nome que for, vamos discutir isso, eu particularmente acho que mudou muito pouco, mas é...

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Finalizando, por favor, Marcelo.

O SR. MARCELO GODOY MAGNANI – Vou concluir.

Então eu gostaria de propor que os funcionários do DPH ou de qualquer órgão de patrimônio histórico estivessem em frente aos proprietários de imóvel tombado numa mesa assim, e os proprietários aqui; os proprietários dizendo o que eles precisam e os técnicos dizendo por que eles concedem, por que eles não concedem, quem são os advogados. Eu canso de ver despacho dizendo “contratar arquiteto competente”. Gente, todo arquiteto é competente. O proprietário não tem... Como é que o proprietário vai descobrir que arquiteto é competente ou não?

Desculpa, estendi um pouquinho, mas obrigado, gente, vamos continuar aqui. Acho que esse projeto é animal, tem que fomentar mesmo e tem que fazer ele ser operacional, porque ele foi aprovado e não foi operacionalizado. Dessa vez a gente tem que cobrar não só a lei como a operacionalização da lei. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Obrigada, Marcelo. Vou aproveitar sua fala porque achei muito importante quando você citou pessoas qualificadas ou não para estarem no Centro. Toda construção, toda requalificação tem que ser inclusiva, então a tua fala mostra isso daí. Todos devem estar no Centro, quem tem menos experiência em termos de trabalho até quem faz grandes transformações. Eu acho que é isso mesmo, a resposta que você deu. Exatamente, são os empresários, os empreendedores do futuro são as pessoas que ajudam a roda da cidade a girar. Esse projeto do Prefeito é um projeto que a Cidade toda ganha, porque se o Centro vai bem toda a Cidade vai bem, não é Secretário Fabrício? E a gente vai conseguir trazer vida de volta ao Centro, uma vida como na minha infância, por exemplo, que a família vinha passear no Centro, a gente vinha visitar os locais históricos do Centro, era uma alegria.

Então trazer de volta mais questões ligadas à cultura, gastronomia, serviços, turismo, enfim, vai fazer toda a diferença.

Vereador Fabio Riva, já presente conosco. Nós já encerramos as inscrições, todos que gostariam de se manifestar já fizeram parte da tribuna. O senhor gostaria de falar neste momento?

O SR. FABIO RIVA – Muito obrigado, Presidente Sandra. Agradeço a presença do Secretário Fabrício Cobra, da Kiki, que é chefe de gabinete, do Vereador Thammy, do Vereador Coronel Salles, que muito tem trabalhado pela região central. Quero agradecer a participação de cada um de vocês.

Esse é um projeto que vem de encontro de tudo aquilo que a Prefeitura, a Câmara Municipal e a sociedade organizada quer: um Centro novo, revitalizado, resgatado, com emprego, com moradia, que é a praia que eu tenho como bandeira de luta, que é a moradia, principalmente moradia de interesse social. Então são várias ações que visam a aprimorar e melhorar todas as ações da Prefeitura no centro da cidade de São Paulo.

Eu fico muito feliz, Coronel Salles, acompanhei pari passu algumas ações quando você estava à frente da Subprefeitura. Fui autor da lei que transformou a Praça Princesa Isabel em Parque Princesa Isabel, e nós devolvemos aquele espaço à sociedade. O Coronel Salles que fez a solicitação. Eu brinco que eu divido sempre as autorias dos projetos que são projetos de cidade com os vereadores, porque não é de um único vereador. Na verdade, a gente representa uma parte da população e a Câmara, a totalidade das pessoas que vivem em São Paulo e que escolheram esses 55 vereadores.

Eu acho que esse é o papel da Câmara Municipal, com a sua independência, mas entendendo os atos do Executivo. O Prefeito Ricardo Nunes é incansável. Acabei de dar uma entrevista para a CBN, é incansável. Nós não vamos descansar enquanto não tivermos o Centro resgatado. (Palmas)

Essa é a palavra de ordem do Prefeito Ricardo Nunes e da Câmara Municipal. Não há como uma cidade como São Paulo... Eu falo isso com certa tristeza, porque recebi pessoas

da Itália, as levei ao Centro da cidade. Infelizmente, me perguntaram: mas este é o Centro de vocês?

Foi isso que eu vi nas fotografias, pedi para que você viesse me mostrar, Fabio. Eu falei: você está vendo isso hoje, mas se voltar no ano que vem, vou mostrar que este Centro vai estar resgatado. Vou mostrar para você que vamos mudar essa realidade, porque vamos atender aqueles que precisam de cuidados na saúde, assistência social, direitos humanos; vamos prender os traficantes que estão lá fomentando a indústria da crackolândia; vamos mostrar que temos empresários, como vocês que estão há muito tempo no Centro, que querem e vão investir para melhorar seus comércios, melhorar a qualidade de vida de suas famílias, assim a gente melhora a cidade de São Paulo. Essa é a palavra de ordem.

O Prefeito Ricardo Nunes é incansável nesse objetivo. Não há um dia sequer que a gente vá ao seu gabinete que não veja as imagens daquele pedaço, que eu não gosto nem de chamar de crackolândia, mas que, infelizmente, a gente precisa monitorar, entender o problema de saúde, mas com energia, com humanidade e com a população conosco.

Há muitos que criticam as ações do Centro. Há várias pessoas que votam contra projetos que visam conceder isenções que vão diminuir o ISS, falam contra o aumento ao funcionário público e fazem discurso. São aqueles que, de uma forma ou de outra, acabam reverberando, porque o usam das mídias sociais. Uma parte da imprensa entende e defende o ponto de vista dessas pessoas, mas esquecem que dentro da Galeria do Rock há famílias que estão lá há anos. Em outros comércios há famílias que se sustentam através daquele trabalho e que, por meio desse benefício a gente vai gerar um sentimento de pertencimento no Centro da cidade de São Paulo.

Eu creio que nós estamos reiniciando um novo momento. Um momento para a população de bem, daqueles que querem que o Centro volte a viver os anos dourados de alguns anos passados. Vamos nos unir a uma só voz e devolver o Centro para a cidade de São Paulo. Mas isso nós vamos fazer juntos, não transferindo responsabilidades, mas juntos, o Poder Público, Executivo, Câmara Municipal e a sociedade civil organizada. É assim que se faz uma

São Paulo mais forte. Vamos todos lutar pelo Centro.

Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana - PSDB) – Obrigada, Vereador Fabio Riva, Líder do Governo. Nós vimos que o Marcone chegou. Nós já havíamos encerrado, mas se você quiser fazer uso da palavra, pelos três minutos, por favor. Na sequência, o Secretário Fabricio Cobra faz suas considerações finais.

O SR. CORONEL SALLES – Presidente, enquanto o Marcone está se encaminhando para cá, quero falar uma coisa. Isso que o Vereador Fabio Rica disse, sobre o compartilhamento de objetivos, chama-se espírito público.

Estou aqui só há cinco meses. Já tenho 38 anos de vida pública, mas, como Vereador eu sou o menos experiente. Aprendi nesses cinco meses que se você não estiver junto com bons propósitos, apoiando as melhores causas, independentemente se darão votos ou não, você não aprova nem nome de rua. Esse é o espírito, espírito público.

Desculpe, Presidente. Muito obrigado.

O SR. MARCONE VINÍCIUS MORAES DE SOUZA – Bom dia a todos. Sandra, obrigado. Cobra, Fabio, Salles. Agradecer por ter cedido o tempo, mesmo por eu ter atrasado um pouco. Mas eu queria fazer uma colocação para a gente desmontar um arquétipo importante sobre o que as pessoas pensam sobre o Centro de São Paulo. Eles conectam o Centro à riqueza. Nós conseguimos apurar alguns dados e, quase 90% das pessoas que moram no Centro ganham até 3.500 reais por mês. Ou seja, são pessoas de baixa renda. Outro dado importante, que algumas narrativas, falando dos grandes proprietários, etc... primeiro que o maior proprietário de bens no Centro é o Estado. Seja município, estado e federação não existe um proprietário privado com mais bens do que o Centro. Se a gente for colocar em unidades comerciais, unidades residenciais 95% das unidades comerciais, unidades habitacionais pertencem a um único dono, ou seja, o cara não tem dois imóveis. Ele tem só um imóvel. Ou seja, aquilo é a vida dele. Só 5% detêm mais do que dois imóveis. Eu acho que é muito injusto construirmos uma narrativa falando de uma lei que irá favorecer os grandes proprietários etc. Mentira. Isso é uma

mentira. Se a gente apoiou na ciência para ficar oito meses com o Centro fechado, a gente agora tem que apoiar na ciência levantando esses dados. Isso vai beneficiar os moradores que estão no Centro de São Paulo e principalmente os prédios que estão vazios no Centro de São Paulo.

Estamos finalizando uma apuração de dados com apoio do Vereador Coronel Salles, para saber qual é a vacância que existe e com o pessoal da Associação da *Startup* como bem falou, precisa trazer o estímulo. A gente resolveu a questão da segurança pública em alguns meses com esforço do Prefeito, ainda está fresco isso. Precisa de mais melhorias, precisa oferecer algum tipo de tratamento, mais imediato a quem está há mais de 10 anos na rua. Isso, também, precisa ser falado. Só que para as empresas e moradores que estão no entorno querendo vir para cá ocupar os imóveis vazios, ainda precisa ter esse estímulo. Veja, é um estímulo temporário. Estamos falando de três a cinco anos, depois isso se encerra. É preciso colocar esses gatilhos, senão, não vamos conseguir adensar novamente a cidade ao ponto que ela precisa. Veja, o bairro da República é o bairro mais adensado da cidade, junto com Bela Vista. A Sé é a região mais adensada. Mais que a Cidade Tiradentes. Mas o que outros discursos fazem? Não! Porque a periferia, etcetera. Aqui temos pessoas de baixa renda em sua maioria e pessoas que precisam estar aqui. Então esse projeto de lei, ao qual estamos discutindo é importante essa discussão. Que as pessoas coloquem os pareceres positivos, negativos etc. para debater. É importante isso. A gente precisa acabar com algumas narrativas que são negativas por si só, como bem falaram aqui: Ah, não! Só porque é contra ou a favor ou é do “a” ou do “b”. Não é isso gente! Estamos falando de pessoas. E essas pessoas precisam de um acolhimento, de um tratamento. Porque elas vêm sofrendo há 30 anos a degradação do Centro de São Paulo. A Cracolândia, vocês sabem como está lá. Vocês sabem como aquelas famílias estão. Já trouxemos por várias vezes moradores que não conseguem ter acesso a viatura do Atende-se para filhos autistas ou pais que precisam ser hospitalizados, não consegue nem que a viatura chegue a sua residência. Pessoas com problemas respiratórios por causa da fumaça do craque. Essas pessoas merecem, como dignidade, um aceno do Estado que é o maior detector de imóveis na região central.

Parabéns pela iniciativa. Contém com a gente. A minha colaboração é justamente para desmontar algumas narrativas que foram criadas para atacar, algumas pessoas falam vazias, e continuam entregando as pessoas a miséria, degradação e falta de dignidade. O nosso papel aqui é debater de peito aberto e franco. Esse é o papel da Associação e de todos os outros colegas que falaram aqui. Vamos construir uma cidade melhor através da verdade e da ciência, buscando números e dados. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Obrigada Marconi. Com a palavra Secretário Fabrício Cobra Artex.

O SR. FABRÍCIO COBRA ARBEX – Obrigado Vereadora Sandra. Por fim ressaltar essa parceria, esse trabalho conjunto com o Poder Executivo e Poder Legislativo, os vereadores. Nosso Líder de Governo, Vereador Fabio Riva, trouxe com muita propriedade, que todo trabalho que vem sendo feito pela Câmara Municipal em conjunto com o Sr. Prefeito Ricardo Nunes para que tenhamos, efetivamente, o resgate da região central.

Com relação a questão das propostas, o Vereador Coronel Salles trouxe as emendas. Parte das pessoas que falaram apresentaram algumas propostas. A ideia é que a gente pegue esses textos, essas sugestões e que a gente leve, a Secretaria de Fazenda que está presente aqui o Subsecretário Thiago, está aqui em vídeo, participou ativamente da elaboração desse projeto. Tudo aquilo que é feito dentro desse projeto tem impactos obviamente na Fazenda, então a gente vai fazer a lição de casa.

A próxima audiência pública está marcada para semana que vem, e que a gente tenha também outras contribuições, sugestões, para ao final, o Governo, a Prefeitura, poderem trazer exatamente os impactos dessas sugestões que os Vereadores com a sociedade civil têm trazido. Então, é encaminhar ouvindo a participação social, os Vereadores, com essa participação efetiva e contributiva, para que a gente possa ter, ao final, um projeto de lei pronto para votação e apreciação do plenário da Câmara Municipal.

Obrigado, Vereadora.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Obrigada, Secretário Fabrício.

A nossa próxima audiência pública desse Projeto de Lei nº 332 acontecerá no dia 23/08 às, 10h30. Então, acho que já podemos deixar registrado. Quero nesse momento mais uma vez agradecer a participação de todos que estão na Mesa, todos que vieram e trouxeram contribuições extremamente importantes para a construção desse projeto. Digo que a gente segue aqui na Câmara, Secretário Fabrício, sempre à disposição para estar abrindo esse espaço de audição que é tão importante. Nesse momento eu declaro realizada a audiência pública do PL 332/2023 e passo a Presidência desta Comissão de Constituição e Justiça ao Vereador Thammy Miranda, que presidirá a ausência pública do PL 12/2023.

- Assume a presidência o Sr. Thammy Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Thammy Miranda) – Bom dia a todos, a apresentação de todos aqui, muita gente já trabalhou no estado, na Prefeitura, trabalhou com isso com aquilo, eu sou só um representante de vocês, estou aprendendo, mas com muita vontade de fazer e acontecer. Então, declaro aberta audiência pública para tratar do PL 12/2023, de autoria do Vereador Thammy Miranda e da Vereadora Sandra Santana, que alteram os dispositivos da lei 16.439/2016, que dispõe sobre a restrição à circulação em Vila, bem como em ruas sem saída, ou ruas com baixo impacto no trânsito local.

Aqui são as pessoas que estão presentes. O Sr. Celso Leiva, que se encontra presencialmente, Sr. Rafael Morolo e Lucília Dentes Siqueira, estão presentes representando a Secretaria Municipal de Subprefeituras. Aqui, de forma virtual, representando o Sr. Jair de Souza Dias e Valtair Ferreira Valadão

O SR. FABIO RIVA – Sr. Presidente, pela ordem, eu só queria, desculpe-me, mas só fazer o registro, esqueci de cumprimentar, queria cumprimentar o Thiago, que é o nosso Subsecretário da Fazenda, competente, Thiago, estou vendo aqui você na tela, sempre nos engrandece com todo seu conhecimento das finanças da cidade, só um cumprimento especial.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Thammy Miranda) – Eu gostaria de saber se há alguém do Executivo que gostaria de falar? Sr. Cláudio de Campos se manifestou, gostaria de falar, de forma virtual. Sr. Cláudio, me escuta? Bom, enquanto a gente não consegue... ah, conseguimos?

O SR. CLÁUDIO DE CAMPOS – Boa noite, boa tarde, Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Thammy Miranda) – Bom dia.

O SR. CLÁUDIO DE CAMPOS – Bom dia. Eu havia me inscrito, em princípio, para minha manifestação, mas tenho colegas da Secretaria que estão presencialmente na audiência, se houver necessidade eles se pronunciarão. Fico à disposição também qualquer dúvida, tivemos analisando essa questão na Secretaria, ficamos atentos para qualquer colaboração que houver necessidade. Era só isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Thammy Miranda) – Muito obrigado, Sr. Cláudio. Mais alguém gostaria de falar? (Pausa) Não. Enquanto pegamos os nomes para as inscrições, gostaria de ler a justificativa do meu projeto, porque tivemos muitos pedidos, principalmente na questão das quadras fiscais diferentes, então, vou ler minha justificativa.

- É lido o seguinte (PL 12/2023 - justificativa)

O SR. PRESIDENTE (Thammy Miranda) – Essas são as razões que me levaram a apresentar o presente projeto e contar com o voto dos meus nobres Pares, já num oportuno momento.

Temos inscritos? (Pausa) De forma virtual, mas me parece que não está confirmada, Sra. Maria Isabel Cipriano Alves? Não? Então passo a palavra ao Sr. Renato Lucci. (Pausa). Sr. Renato está na escuta?

O SR. RENATO LUCCI – Sim, olá, boa tarde. Eu passo a minha vez para a próxima pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Thammy Miranda) – Ok. Passo a palavra a Delmas Penteado. (Pausa) Também não. Vamos para o presencial? (Pausa) Deu certo?

O SR. DELMAS PENTEADO – Vereador, sim, boa tarde. Agradeço a oportunidade e gostaria de manifestar nosso apoio ao seu projeto de lei, porque ele visa com que as áreas possam ser transformadas em temas em locais mais seguros e, assim, preservados pelos próprios moradores daquela região.

Pontos que são segregados não atrapalham a circulação externa e são de grande interesse das comunidades que moram naqueles locais, às vezes, 170 ou 180 famílias, mesmo 120 famílias que poderão preservar não só uma qualidade em termos de segurança, manutenção dessa segurança, como também regularização de todo o contorno, às vezes em melhores arruamentos, calçadas, floreiras, árvores. Claro, de uma forma sempre em alinhamento com a Subprefeitura, em termos do que fazer, em termos de acompanhamento por parte dela, mas que, no fim, temos uma cidade mais bonita, mais alegre, mais interativa e com muito mais resultados em termos de qualidade de vida.

Então esse, como população, que eu respondo por três condomínios, que nós temos 170 unidades, é que valoriza e apoia totalmente a sua produção e a definição desse projeto de lei, inclusive com esse tema das questões fiscais. Quer dizer, de um lado tem o enquadramento fiscal, um inserindo no outro, mas é tudo uma unidade só, é um conjunto homogêneo.

Agradeço a oportunidade de me manifestar.

Muito obrigado, Sr. Delmas.

O SR. PRESIDENTE (Thammy Miranda) – Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. João Santo.

O SR. JOÃO SANTO – Bom dia, Sra. Presidente Vereadora Sandra Santana, minha chefe, com quem eu tenho o maior orgulho de trabalhar.

Primeiramente, antes de entrar no mérito, parabenizar o senhor e também informar que há um projeto de lei nesta Casa, de autoria do Vereador Rubinho Nunes, do qual o senhor também é coautor, tão bom quanto esse, mas ele foi vetado por dois motivos: o primeiro é questão de parcelamento de solo, o que para mim não tem o mínimo sentido, porque, como funcionário público que fui durante muito tempo, sempre discuti essas questões; o segundo

motivo é que o senhor evita o veto com a realização de audiência pública, que é fundamental que aconteça.

Em 2016, quando eu trabalhava com o Vereador José Police Neto, eu ajudei a escrever o substitutivo a esse projeto. Algo fundamental que o senhor corrige agora, e que não tinha a prerrogativa da CET, é a questão da mesma quadra fiscal. Além disso, outra questão que eu acho legal é que o senhor muda o impacto do trânsito para baixo impacto do trânsito. Para que fique claro para toda a sociedade e para algumas pessoas, morar em rua sem saída ou em rua de baixo impacto não é nenhum privilégio. A pessoa que mora em uma rua sem saída ou em uma rua de baixo impacto é muito mais vulnerável do que aquela que mora em uma rua principal, porque ninguém olha para dentro quando passa em uma rua sem saída ou de baixo impacto, e é por isso que o Vereador Juscelino vai falar a respeito do que sofrem as pessoas que têm esse tipo de imóvel.

Vereador, eu gostaria de propor que se tentasse corrigir isso depois do decreto regulamentador caso a lei seja sancionada pelo Sr. Prefeito. O decreto propõe o horário das 6h às 22h para o portal social ficar aberto. Eu acho que é correto ficar aberto, e nem eu nem os moradores têm nada contra isso. Mas não é fácil acordar às 6h para abrir um portão. Por isso, o Vereador Rubinho Nunes propôs, no projeto de lei, o horário das 8h às 20h, assim como fez o Vereador Police no seu projeto de 2018. Por isso eu proponho também esse horário, que eu acho que contempla essa questão.

No seu decreto, o governo, que gosta de praticar algumas maldades, definiu que, para se dar entrada no processo, tem que estar atualizada a matrícula, que custa 70 reais. Não tem cabimento, além do IPTU, a pessoa precisar apresentar a matrícula atualizada.

Estou à disposição e sei que a Vereadora Sandra poderá contribuir muito para a gente preparar um texto ou qualquer coisa parecida para darmos encaminhamento a isso.

Parabéns aos dois pela iniciativa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Thammy Miranda) – Muito obrigado.

Eu passo um fala agora ao Vereador Juscelino Gadelha.

O SR. JUSCELINO GADELHA – Bom dia. Obrigado, Vereadora Sandra, Vereador Thammy pela oportunidade.

Estamos aqui com o pessoal do Jardim Entre Serras: o Fabinho, a Flávia, a Silvana e Lívia. Somos moradores da zona Norte, da região do Tremembé, Jardim Entre Serras. É uma travessa da Maria Amália Ribeiro. Estamos ali pertinho do Horto.

É uma região que sofre muito em consequência de assalto. É uma região que, hoje, tem muitos *drones* circulando. As pessoas vão lá e arreventam o portão. Então, a nossa necessidade é de ter uma qualidade de vida melhor no bairro onde moramos, porque a insegurança está muito grande naquela região.

Temos apoio da Polícia Militar. Somos dos Amigos Solidários. A gente faz parte de todas essas questões. Eu, bem menos, mas as pessoas que estão lá tem uma convivência muito maior do que eu.

A nossa frustração é que, há um tempo, a Comissão junto com a Flávia, com a Renata, com o Fabinho organizou o fechamento dessas ruas. Quando foi fazer um processo final, a gente não conseguiu o fechamento da rua porque não conseguiria nesse item agora que você está propondo a mudança. Então, para nós é um fator muito importante que isso aconteça. Não só para nós, mas acho que para a sociedade como todo, porque eu acredito que outros bairros da cidade de São Paulo também têm o mesmo problema.

Então, primeira coisa, vim aqui dar apoio total a este projeto de lei. Acho que os moradores lá também poderiam também deixar registrado a nossa satisfação. Agradeço ao João que todo esse ano também organizou de uma forma positiva a nossa região lá na questão do fechamento da rua. Acho que é uma relação importante porque tem informação técnica e os moradores têm necessidade local. Quer dizer, nesse sentido a gente sente pouco penalizado por não ter deixado fechar a nossa rua há mais tempo. Tudo o que está acontecendo lá, se tivesse feito a cinco anos atrás quando iniciamos esse fechamento de rua através da comissão local que não conseguiu, poderíamos ter evitado várias coisas que aconteceram lá na nossa região.

Então, nesse sentido a gente veio dar esse apoio total nesta primeira audiência e vamos apoiar na segunda audiência. Mas o mais importante, primeiro, o João falou uma coisa importante. João, você quer colocar uma coisa na regulamentação, por que já não põe na lei através de uma emenda? Isso resolve essa questão. Se for discutir mais à frente, é mais problema.

Gostaria também de pedir, tanto para você, como para a Vereadora Sandra Santana, que vote este semestre ainda. Se há possibilidade de votar esse projeto de lei, aprovar em primeira e em segunda, e vocês conversarem com o Prefeito para regulamentação. O mais importante de aprovar uma lei é ela ser regulamentada. Há toda essa luta de vocês na Câmara Municipal, se depois não tiver o entendimento com Executivo também...

Acho que se poderia ter já um processo de conversar lá e entender se há divergência, qual é a posição da CET, porque a CET vai falar muito deste projeto. A CET também realmente tem o posicionamento de apoiar este projeto? Tem algum posicionamento de modificação? Então, nesse sentido que venho dar o apoio dos moradores do Jardim Entre Serras a este projeto.

Só queria dizer a Sandra Santana, Presidente da Comissão, a respeito do outro projeto sobre a reurbanização do Centro. Essa foi uma discussão muito grande na época em que era Vereador. O problema é que querem trazer as empresas para cá, vão dar incentivo para cá, mas as pessoas não moram no Centro. As pessoas vêm da Cidade Tiradentes, vêm da zona Sul e ficam duas, três horas no trânsito. Quer dizer, na nossa época, nós mesmos defendíamos que uma parte dessa empresa fosse para os bairros, porque aqui no Centro nós podemos revitalizá-la também de outras formas, que não é só um emprego, mas as pessoas virão para morar, as pessoas terão participação de forma mais presente.

Estou dizendo isso porque estamos numa discussão mais presente hoje, que é muito importante, porque as pessoas virão de fora para cá. A verdade é essa, temos que pensar nisso.

A outra questão é a seguinte: não podemos esquecer do patrimônio histórico, como o rapaz falou aqui. Se não resolver esse problema também, não vai adiantar, porque os imóveis

estão ficando velhos, muitos estão caindo, outros estão abandonados, porque não há incentivo nenhum ao proprietário restaurar, que é muito caro.

Então, neste projeto que vocês estão discutindo, também tem que considerar essa questão do patrimônio histórico, que é muito importante para a cidade. Todo mundo vai para a Europa para ver as “coisas velhas”, no bom sentido. E, em São Paulo, nós estamos perdendo isso. Só deixar isso registrado, Vereadora Sandra Santana, que é uma preocupação que tenho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Thammy Miranda) – Tem a palavra o Sr. João Afif Acras.

O SR. JOÃO AFIF ACRAS – Boa tarde. Daqui a pouco, será audiência pública da Comissão de Urbanismo e lá o pessoal é um pouco mais rígido com o horário, então eu vou tentar cumprir os três minutos.

Este projeto é muito interessante, é muito bacana, Vereador. Aliás, um elogio que eu ouço de muitas pessoas é que o seu gabinete e a sua equipe – fazendo inveja a outras pessoas – é uma das mais bem elogiadas. Então, estou muito feliz, inclusive pela qualidade jurídica dos projetos.

O SR. PRESIDENTE (Thammy Miranda) – Desculpe, mas eu sou suspeito também de falar, a minha equipe realmente é diferenciada.

O SR. JOÃO AFIF ACRAS – Eu sou Advogado especializado em política urbana, Direito Urbanístico; então, eu vejo que boa parte dos projetos tem uma consistência jurídica, uma consistência legal muito interessante, que é uma preocupação que todos deveriam ter.

De qualquer forma, vejo este projeto com algumas preocupações. Lá vem o advogado, lá vem o chato. Vila e rua sem saída é uma coisa, mas quando se fecha uma rua que tem aberturas dos dois lados, você está fechando uma via pública. É uma questão pública, porque você está dando um acesso particular. Eu tenho esse questionamento.

Outro questionamento é sobre essa questão de horário: Quem delimita o horário? Quem abre a quem? Qual é o critério de abertura de horários específicos para eu entrar, ou não, em uma rua? Também existe a questão de fiscalização de obras, muitas vezes, entre outras.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JOÃO AFIF ACRAS – Eu peço que seja restituído o meu tempo, porque eu não me manifestei no tempo de fala do colega e eu tenho que ir para a outra Comissão agora.

O SR. PRESIDENTE (Thammy Miranda) – Aproveitando só essa deixa, eu quero agradecer a presença da nossa sempre Presidente Sandra Santana, que tem um compromisso agora e precisa se ausentar. Obrigada, Presidente.

O SR. JOÃO AFIF ACRAS – Então, essa é uma questão. A outra é quem vai definir o que é baixo impacto da rua em trânsito local. Tem que ser a CET; porque, quando a gente faz esse pedido, a CET se manifesta, ou não; e a gente precisa que a CET fale então qual é o fluxo naquela rua ou a importância daquela circulação no bairro, porque a pessoa pode até falar: “Ah, a minha rua não é importante para a circulação daquele bairro”, mas ela é.

Essa é uma preocupação e uma questão que é importante delimitar porque senão nós vamos criar grandes condomínios na cidade de São Paulo com problemas de fricção das pessoas. Não estou falando só de pedestres, mas também da Polícia Militar, da parte de fiscalização. Ou seja, boa parte da fiscalização de rua, de obras e questões irregulares na cidade hoje é feita pelo vizinho; 99% das denúncias são feitas por vizinhos, e a gente não vai ter mais o direito de questionar e verificar esse problema de obras irregulares que existe na cidade de São Paulo.

Existem questões de fechamento de ruas de fluxo.

Eu moro numa rua que poderia ser fechada; eu gostaria – sou do PVS da minha região, sou secretário do Conseg do meu bairro e sou diretor jurídico da associação do meu bairro – Cambuci, Aclimação –, e não faltariam questões que poderiam ser abordadas na minha rua. Mas eu fico preocupado com essas outras questões – fluxo de pessoas, de fechamento –, porque, se isso começa a se espalhar pela cidade de São Paulo, de certa forma desmedida, nesses pedidos do que é ou não baixo impacto, nós começamos a criar grandes áreas de travamento de bairros inteiros, porque a sua rua pode ser de um jeito; a dele, de um jeito; a dele; de um jeito. Nós começamos a fazer um mosaico e um quebra-cabeça de ruas fechadas em

certos bairros e localidades da cidade. E qual é o impacto no viário? Isso é muito importante. E verificar essa questão das ruas, da proposta de fechamento, e juntar isso, por exemplo, com o mapa cicloviário da cidade de São Paulo.

Por exemplo, certas obras que vamos fazer não podemos concluir porque já tem um plano de melhoramento viário e eu tenho que fazer essa declaração. Se eu peço um fechamento de rua e essa rua está no plano cicloviário da cidade, aí fecha para fazer uma ciclovia. Entendeu? São questões que precisamos cruzar dados e informações muito importantes.

Só aprovar o projeto, o PL, essa alteração, é muito legal, mas e o depois? Isso pode gerar um problema grave.

Esse PL precisa de uma apuração técnica de questões do Executivo, das Secretarias, das questões viárias, as definições, porque essa definição de baixo impacto local não tem uma definição de lei federal sobre isso, que é o que rege essas delimitações e questões. Então, precisamos definir algumas questões para que, depois, isso não seja judicializado; o Ministério Público... Sabemos como funciona. Então, para sair daqui redondinho, apurar um pouco mais essa questão com outros órgãos e outras questões técnicas.

De qualquer forma, sou a favor do projeto. É justamente para não haver essa questão.

Vereador, muito obrigado. Perdão se eu me estendi no tempo. Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Thammy Miranda) – Obrigado.

Como não temos mais nenhum inscrito, o Sr. João gostaria de ter mais um minutinho de fala?

O SR. JOÃO SANTO – Primeiro: é um equívoco dizer que a rua sem saída, com entrada e saída, é pública, e a vila não. A vila também é pública. Temos três ou quatro vilas, de fato, privadas em São Paulo. Inclusive, duas pertinho de você, no Cambuci, que identificamos que elas tinham a matrícula da terra, da entrada. É um equívoco dizer que a vila não é pública; e a rua com duas saídas, ou duas entradas, é pública.

Segundo: a lei, e o Vereador e a equipe, corretamente, em nenhum instante tira a

responsabilidade, a determinação, a deliberação da companhia, que tem técnicos, e bons técnicos, excelentes.

Estivemos no gabinete do Police...

E eu acho que até do ponto de vista legal, correto, lá, quando ninguém percebia essa questão da mesma quadra fiscal, que o pedido foi indeferido.

De fato, nós percebemos que havia um impacto no trânsito o fechamento daquilo; mas os moradores queriam porque queriam. E nós fizemos o pedido através do gabinete. E a CET nos respondeu: “Eu não posso fechar porque vai complicar”. Como temos alguns pedidos já realizados que não foram fechados, o CET disse “aqui não tem impacto no trânsito”. Então, o CET tem tanto a competência legal como a competência técnica para fazer essa análise. E isso não foi tirado da lei; isso é um grande avanço que a equipe, e todo mundo do gabinete do Vereador, não iria mexer naquilo que podia, de fato, aquilo que você fala, ser judicializado. Nós não temos uma vila fechada, a não ser no Butantã.

O Plano Diretor de 2014 acabou com o bolsão residencial que veio do Plano Diretor de 2004. Aqui, não restitui o bolsão, é apenas a mesma quadra fiscal. Então, o bolsão, aquilo que você fala “vai criar um monte de condomínio”; não vai criar condomínio nenhum, porque não é bolsão residencial. São equívocos.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JOÃO SANTO – Eu entendi. É que você citou o condomínio que essa argumentação, quando cita condomínio, e a palavra condomínio, parece que nós vamos transformar uma cidade para poucos – e não é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Thammy Miranda) – Muito obrigado, Sr. João.

O SR. JUSCELINO GADELHA – É uma questão interessante. Primeira coisa é aquilo que o João colocou: essa questão de condomínio é outra discussão.

O SR. PRESIDENTE (Thammy Miranda) – Foi um modo de dizer, pelo que eu entendi.

O SR. JUSCELINO GADELHA – É uma outra discussão, porque, na verdade, é o

seguinte: você vai colocar o portão; ele vai ter acesso das 6 da manhã ou 8 da manhã, conforme vai ser aquilo, e vai fechar 8h da noite. A circulação vai ser, basicamente, à noite, que você vai proibir entrar caminhão... mas isso é um problema que a cidade vive, quer dizer, e o portão fica aberto, o acesso está aberto.

Na verdade, você coloca uma situação que são coisas diferentes no Projeto de Lei do Vereador, só para você entender que essa é uma questão que as pessoas que estão sofrendo na ponta estão buscando uma solução para ela também, que é o mais importante: o fechamento da rua dela, porque ela está tendo dificuldades de circulação, por exemplo, no nosso bairro, o cara vai andar com o cachorro e volta só com a cólera, levam o cachorro embora. Estou dando um exemplo concreto.

Então, o mais importante é aprovar esse projeto e dar uma solução para as pessoas que realmente necessitam.

Essa questão de condomínio perturba um pouquinho as ideias na questão de colocar essa discussão dentro.

O SR. PRESIDENTE (Thammy Miranda) – Passo a fala à Dra. Valéria.

A SRA. VALÉRIA – Boa tarde, espero que eu possa encerrar a audiência. Agradeço os elogios, a gente prima por um trabalho bem dedicado, com inspiração no Vereador, mas, enfim, para tentar encerrar algumas questões que você colocou bem.

A avaliação do baixo impacto de trânsito vai ser feita pela CET. Parece-me que isso ficou claro no texto que tem que ter uma avaliação técnica. Eles têm essa visão do conjunto da cidade.

Veja: num primeiro momento, poderia parecer confortável que isso ficasse na mão de cada Subprefeitura, mas a gente não teria essa avaliação completa.

A questão de “mascarar o problema de segurança”: eu acho que não é esse o ponto. Não focamos em segurança, mas esse é um efeito benéfico que, muitas vezes, vai acontecer em alguns lugares.

Com relação a problemas de circulação: a lei não tem como prever isso. Ela dá para

o órgão técnico que é a CET, para que faça isso da melhor forma possível. Hoje, já temos alguns problemas sem o fechamento de ruas. Então, por exemplo, como você citou o Jardim Leonor. Sabe-se lá por que era um caminho que eu fazia para ir até a casa dos meus pais. Hoje, não consigo fazer por que todas as ruas vão jogando tudo para um mesmo lugar. Não fechou, mas...

Eu acho que assim fica mais claro, mais honesto, todo cidadão pode fiscalizar. Com relação às questões de matrículas e documentos exigíveis, a lei não tem como prever isso. É uma questão absolutamente administrativa. São gestões junto ao Prefeito para que o Decreto seja o menos burocrático possível. É isso o que a gente tenta fazer.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Thammy Miranda) – Muito obrigado, gênio, Dra. Valéria, minha inspiração. É esse trabalho por que a gente prima mesmo: que ele seja claro e honesto. Esse é o lema do nosso mandato.

Mais nenhum inscrito, então, declaro encerrada a audiência pública do PL 12/23.

Estão encerrados os nossos trabalhos.